

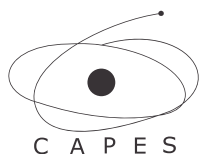
cadernos

IHU

ideias

Sociedade
tecnológica
e a
defesa do
sujeito

Karla Saraiva



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito

Technological society and the defense of the individual

Karla Saraiva

Ulbra

Resumo

Este artigo propõe-se a problematizar os processos de subjetivação que acontecem na atualidade, traçando uma orientação geral acerca do que seria a defesa do sujeito na sociedade tecnológica. Para tanto, inicialmente apresenta uma discussão para estabelecer o entendimento de sujeito e de sociedade tecnológica que serão assumidos no âmbito deste trabalho. Assume-se como hipótese que a defesa do sujeito passa pela constituição de espaços de liberdade para a criação de si. A seguir, são apresentadas quatro produções cinematográficas que retratam distopias tecnológicas, traçando possíveis relações com alguns medos e riscos identificados na sociedade contemporânea. Finaliza-se o artigo fazendo um balanço muito sucinto das possíveis perdas e ganhos que as tecnologias têm trazido e dos perigos a serem enfrentados na constituição dos sujeitos da sociedade tecnológica.

Palavras-chave: sujeito, subjetivação, sociedade tecnológica, tecnologias digitais.

Abstract

This article aims to problematize the processes of subjectivation that happen today, outlining a general orientation about what would be the defense of the individual in technological society. For that, it initially presents a discussion to establish the understanding of the individual and technological society that will be assumed in this work. We assume as hypothesis that the defense of the person perpasses the constitution of spaces of freedom to create himself. Subsequently, four film productions that depict technological dystopias, tracing possible relations with some fears and risks identified in contemporary society, are presented. The article ends up making a very brief statement of potential losses and gains that technologies have brought and the dangers to be faced in the self-constitution in the contexto of the technological society.

Keywords: individual, subjectivation, technological society, digital technologies.

cadernos **IHU** ideias

Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito

Karla Saraiva

Universidade Luterana do Brasil – ULBRA

ano 12 • nº 206 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XII – Nº 206 – V. 12 – 2014

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Biblioteca responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

SOCIEDADE TECNOLÓGICA E A DEFESA DO SUJEITO¹

Karla Saraiva

Escrevo este artigo a partir de uma proposta que me foi feita pelo Instituto Humanitas Unisinos, no âmbito da preparação do *XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*, a ser realizado em 2014. E foi esta proposta que me desafiou a elaborar uma série de análises sobre nosso tempo presente, a partir das investigações que venho desenvolvendo nos últimos anos no âmbito da cibercultura.

O tema proposto suscita uma série de questões: o que é um sujeito? Por que defendê-lo? É necessário defendê-lo? Do que defendê-lo na sociedade tecnológica? O que é a sociedade tecnológica? Em que, especificamente, ela ataca ou promove o sujeito? E são essas questões que orientam este texto. Assim, em um primeiro momento pretendo limpar o campo semântico, não para dizer o verdadeiro e último significado de alguns conceitos que permeiam este artigo, mas para estabelecer de modo mais claro meu entendimento sobre eles, marcando meu posicionamento teórico e o lugar de onde escrevo. A seguir, tecerei algumas problematizações acerca das subjetividades nas chamadas sociedades tecnológicas, apontando algumas lutas que talvez valham a pena serem levadas adiante.

O sujeito e sua defesa

Início discutindo o entendimento de sujeito que assumo. O pensamento moderno concebe o sujeito como uma condição inata dos seres humanos, uma substância que os anima desde sempre. É o *cogito* cartesiano, é o sujeito de conhecimento kantiano. A lógica moderna admitia apenas a necessidade de desenvolver esta substância, cultivá-la, geralmente por meio da Educação. Essa é a proposta de Comenius, que via na Educação o meio para que os homens não se tornassem bestas selvagens; também Rousseau postulava que a Educação era o que tornava civilizados os selvagens; para Kant, a Educação permite passar da minoridade para a maioridade. Contudo, para esses

1 Este texto subsidiou a palestra proferida no Instituto Humanitas Unisinos – IHU no dia 11 de setembro de 2013, no II Seminário do XIV Simpósio Internacional IHU. *Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades*.

pensadores, e para tantos outros que de modos diversos se alinham com a racionalidade moderna, a Educação apenas faria aparecer uma essência humana inata. Ela faria brotar a semente já predeterminada que nasceria com cada um (daí, por exemplo, a denominação de “jardim da infância” que por muito tempo esteve associada à educação infantil). Para o pensamento moderno, a essência de cada um não poderia ser mudada, apenas aperfeiçoada ou, contrariamente, degradada pelas condições de vida (de uma semente de maçã, não poderia nascer um pessegueiro). O sujeito poderia ser manipulado por influências externas e seria por meio da educação que poderia formar sua consciência e promover sua soberania.

A ideia de sujeito com que trabalho afasta-se da concepção moderna. Alinhada com o pensamento pós-estruturalista, em especial o pensamento foucaultiano, entendo que o sujeito é produzido por meio de relações de objetificação em campos de saberes e práticas de poder e de relações de subjetivação que implicam um trabalho sobre si mesmo. Em outras palavras: o sujeito de que trato aqui não tem nada de natural, não consiste em uma essência. Trata-se antes de uma construção que se dá por meio de relações de dominação travadas com os outros, articuladas com relações éticas travadas consigo mesmo. Ou seja, se tirarmos todas as máscaras não resta nada atrás. Somos constituídos a partir de práticas datadas e localizadas, que oferecem as condições de possibilidades para que se seja aquilo que se é. Nesse sentido, para Foucault os sujeitos não são a origem, mas produtos dos discursos. Os discursos que nos atravessam, nos constituem. Assim, podemos entender que as tecnologias comunicacionais são poderosos instrumentos para a produção de subjetividades, uma vez que colocam em movimento uma miríade de enunciados, o que justifica amplamente a necessidade de estudá-las para compreender os processos de subjetivação contemporâneos.

Além de estabelecer o sentido que assumo para sujeito, creio que seja necessário também tratar aqui de outros conceitos correlatos, como poder, norma e relações do ser-consigo, que irão permear este texto. Tomo esses conceitos da caixa de ferramentas de Foucault². O poder, de acordo com Foucault, não é algo que se possui, mas que se exerce. Constitui-se em práticas, em ações sobre ações dos outros, ações que visam “conduzir as condutas” alheias, por meio de estratégias diversas. Para esse autor, o poder é, antes de tudo, produtivo. Seu principal objetivo não é reprimir, mas produzir determinados modos de ser e estar no mundo. O poder inscreve-se sobre os corpos, mol-

2 A expressão “caixa de ferramentas” foi utilizada por Deleuze, em uma conversa com Foucault, em 1972, publicada sob o título “Os intelectuais e o poder” (FOUCAULT; DELEUZE, 2000). Foucault depois utilizou essa expressão algumas vezes para caracterizar sua própria obra.

dando comportamentos, produzindo valores. O exercício do poder se dá por meio de práticas discursivas e não discursivas. Ainda de acordo com o filósofo, o poder distingue-se da violência pelo modo como opera. Enquanto o poder se exerce associado ao saber, sobre sujeitos que têm um campo de possibilidades, a violência prescinde do saber e se exerce de modo a bloquear possibilidades de recusa e resistência.

Portanto, o poder é inerente às relações humanas. É um campo de lutas pela imposição de significados e pela condução das condutas alheias (FOUCAULT, 1995). A partir das teorizações foucaultianas, é possível afirmar que o poder torna-se tanto mais eficaz quanto mais sutil: estratégias que levam os sujeitos a agir de determinados modos pensando seguir sua própria vontade pulverizam eventuais resistências. Associada à noção de poder, surge na obra de Foucault a noção de norma e seus correlatos: normal e anormal. De acordo com o filósofo, a norma é um padrão instituído por um grupo, que servirá para repartir os sujeitos em normais e anormais. Portanto, ser normal ou anormal não é uma característica intrínseca do sujeito, mas um posicionamento contingente ante o padrão adotado por um grupo em um determinado momento.

Entretanto, a subjetividade não se produz apenas pela ação dos outros, o que praticamente anularia nossa agência. Nossa subjetividade se produz por relações com os outros, mas também com nós mesmos. As relações do ser-consigo são mediadas pela cultura, mas deixam espaço para a criação de si. As relações do ser-consigo podem ser mais ou menos rigidamente normalizadas por regras morais, mas sempre deixam espaço para a criação de si. Cabe aqui salientar o que entendo por moral: são os códigos que ditam como cada um deve se conduzir, códigos cambiantes nas diferentes sociedades e momentos históricos (FOUCAULT, 2004). A relação do ser-consigo é o espaço que se abre para o sujeito intervir na sua produção. Quanto menos normalizada for essa relação, mais espaço haverá para a produção criativa da subjetividade. Ou seja, mais espaço haverá para produzir uma vida como obra de arte. Desse modo, ao tomar esta concepção de sujeito, já não faz mais sentido falar em um sujeito autônomo, liberto de relações de poder. Nessa perspectiva, considera-se que não existam relações humanas que não sejam permeadas por práticas de poder. O que é necessário pensar diz respeito aos espaços de liberdade possíveis de serem conquistados e o intolerável a ser enfrentado.

Nesta perspectiva, o que poderia se tomar como uma defesa do sujeito? Penso que seja justamente defender a ampliação das possibilidades de criação de si, de transformação da vida por uma estética da existência. A ampliação das possibilidades de criação de si passa tanto pelo enfraquecimento das relações de poder e de dominação quanto por relações do ser-consigo

menos reguladas por processos normativos, menos alicerçadas em princípios morais universais. Em outras palavras, entendo que a defesa do sujeito passa pela possibilidade de invenção e experimentação de outros modos de conduzir-se.

Portanto, a partir dessas problematizações, retomo a proposta deste texto. Penso que a defesa do sujeito como a ampliação das possibilidades de criação de si significa, primeiramente, enfraquecimento de relações de poder e dominação, o que não passa apenas por um relaxamento de mecanismos repressivos, mas também, e principalmente, pelo enfraquecimento de ações de condução de condutas dirigidas para a produção de um determinado modelo de sujeito. Além disso, pensar em relações do ser-consigo menos reguladas por processos normativos é pensar em modos de o sujeito agir sobre si, realizando um trabalho de transformação ética menos orientado por modelos predeterminados por representações de normalidade.

Sociedade tecnológica

Delineada a noção de sujeito e um certo entendimento acerca do que poderia consistir em sua defesa, volto meu olhar para a noção de sociedade tecnológica. O que significaria isso? Afinal, as sociedades não seriam todas tecnológicas, tendo em vista que foram as tecnologias que de um modo ou de outro permitiram a construção de sociedades humanas?

O termo sociedade vem do latim e significa “associação amistosa com outros”. De modo sintético, pode-se definir sociedade como sendo uma rede de relacionamentos entre pessoas ou simplesmente um grupo de pessoas vivendo juntas numa comunidade organizada e compartilhando elementos de uma mesma cultura. A partir desse entendimento de sociedade, é possível pensar que elas se formam utilizando tecnologias como um dos elementos agregadores e organizadores, entendidas como recursos para expandir as capacidades humanas. A reunião de grupos na sua forma mais primitiva acontece para aumentar as chances de sobrevivência dos indivíduos. Portanto, tecnologias que facilitam a caça, auxiliam na agricultura, possibilitam a construção de abrigos ou a produção de vestuários são agregadoras e contribuem para a produção de relações sociais. A importância das tecnologias para a organização social já foi destacada por Deleuze (2000). Segundo ele, as máquinas mecânicas caracterizaram o Medievo; as máquinas termodinâmicas, a Modernidade. A sociedade atual estaria caracterizada pelas máquinas cibernéticas, pelo digital.

A partir dessas noções de sociedade e de tecnologia, creio que não seja adequado perguntarmos acerca do impacto das tecnologias sobre a sociedade, tendo em vista que essas são invenções histórica e culturalmente datadas, são frutos de uma

cultura. A noção de impacto é uma metáfora tomada de empréstimo à Física, significando choque entre dois objetos. Portanto, assumir que haveria um impacto da tecnologia sobre a sociedade é entendê-la como algo externo, o que não condiz com as posições teóricas que aqui trago. As tecnologias transformam sociedades e sujeitos, tornam-se próteses que expandem as capacidades do corpo, mas essas transformações não podem ser entendidas como impacto, a meu ver.

Assim, o que seria a chamada sociedade tecnológica? Tomarei, no contexto desta discussão, sociedade tecnológica como a sociedade atual. Faço isso não apenas porque a quantidade e a variedade de artefatos tecnológicos são hoje maiores do que jamais foram e por estarem em um processo de inovação cuja velocidade jamais teria sido mesmo sonhada até algum tempo atrás. Justifico esta escolha para além de critérios quantitativos, apoiando-me em questões qualitativas. Entendo que estamos passando de um momento de transformação do significado atribuído à tecnologia. Atualmente, como aponta Sibilia (2002), a tecnociência, que há algum tempo era compreendida de modo prometeico, estaria sendo pensada a partir de um modelo fáustico. A perspectiva prometeica está associada ao mito de Prometeu, o homem que roubou o fogo dos deuses para dá-lo à humanidade. Considerar a ciência e a tecnologia nessa perspectiva significa tomá-las como elementos para promover o bem-estar dos seres humanos, reconhecendo os limites da natureza. A ciência prometeica estabelece limites que não podem ou não devem ser ultrapassados. Além disso, assim como Prometeu, que desejava com seu ato promover o bem-estar da sociedade como um todo, mostrando desprendimento, a concepção tecnocientífica prometeica também esperava beneficiar todos com os avanços.

A perspectiva fáustica está associada ao mito de Fausto, que vendeu sua alma ao diabo em troca de conhecimento e poder. Essa perspectiva de ciência e tecnologia passa a desconsiderar os limites naturais: desafiar a morte, desafiar a natureza, tornar-se capaz de mudá-la na sua estrutura íntima está no horizonte fáustico. Nenhum limite ao poder humano é reconhecido, as transformações são aceleradas e seus resultados, assombrosos. A sociedade tecnológica caracteriza-se, assim, por uma permanência nos modos de vida, nos valores, nos comportamentos, fortemente potencializada por um desenvolvimento tecnocientífico que avança a uma velocidade sem precedentes. Além disso, Fausto, ao contrário de Prometeu, não visava beneficiar a comunidade, mas apenas a si mesmo. A tecnociência fáustica também é seletiva na distribuição de seus benefícios: apenas para aqueles que possam arcar com os seus custos. Já não se espera que os avanços sejam para todos, mas que sejam ofertados de modo diferencial, de acordo com as capacidades de consumo.

Entendo que a sociedade tecnológica se apoia em pelo menos três vertentes fortemente conectadas: as biotecnologias, as nanotecnologias e as tecnologias digitais. As transformações que essas tecnologias vêm trazendo são de uma amplitude inédita. Modifica-se a maior parte das estruturas sociais e culturais: os espaços de convivência, os modos de trabalho, as relações interpessoais, os entendimentos sobre o corpo, o mundo dos negócios e das finanças. Modifica-se o próprio biológico, desafiando-se os limites da vida por meio da clonagem, dos experimentos avançados de inteligência artificial, de novos modos de promoção da saúde, do uso das nanotecnologias na área biomédica. Esse tripé tecnológico desperta tanto as esperanças mais delirantes quanto os medos mais sóbrios. E é sobre alguns desses medos que pretendo tratar na próxima seção.

Distopias e tecnociência fáustica

Essa ideia de que a sociedade tecnológica estaria nos expondo a novos e incomensuráveis riscos é encontrada com frequência na arte, em especial no cinema. Muitos filmes tratam dos desdobramentos funestos que poderiam ocorrer a partir das atuais tecnologias de ponta. Entre as diversas obras, destaco quatro que me aparecem especialmente alinhadas com as distopias atuais e com os propósitos deste texto. A primeira é o filme *Gattaca* (Niccol, 1997), com Jude Law, Ethan Hawke e Uma Thurman. Ele retrata uma sociedade futura onde foi implantada uma sociedade de castas regidas pelo código genético. Somente aqueles cuja genética seja altamente qualificada têm acesso a postos de trabalho de ponta. Esses índices de qualificação só podem ser atingidos por aqueles que nasceram a partir de uma seleção genética feita em laboratório, que são considerados válidos. Todos os concebidos por métodos naturais são não válidos e estão relegados a trabalhos subalternos, como faxina. Nesta sociedade, os genes determinam o destino dos indivíduos, sendo dada pouca importância a seus esforços pessoais.

Gattaca ecoa os medos e as discussões que se travam hoje no campo da bioética. As técnicas de clonagem já são uma realidade sobre a qual ainda restam mais dúvidas do que certeza em relação ao que seria eticamente aceitável. Até que ponto podemos avançar com a manipulação genética e com as experiências com clonagem? Ou até mesmo um medo ainda mais corriqueiro, que transformações os novos fármacos psicoativos podem produzir nas subjetividades? *Gattaca*, ao levar ao extremo nossos temores apresentando uma sociedade que manipula o biológico de formas extremamente refinadas, que torna a vida nua um destino sem redenção e que torna quase irrelevante o papel da cultura e a capacidade de criação de si nos processos de subjetivação, nos desafia a pensar nos limites a serem colo-

cados para os avanços da tecnologia. A biologia como destino constitui-se, no meu entender, em uma séria ameaça da qual seria necessário defender os sujeitos.

O biológico como ameaça à própria vida é uma das mensagens transmitidas pelo filme. Isso fica particularmente claro na cena em que o material genético de um não válido é analisado, sendo que os resultados apontam 60% de probabilidade para problemas neurológicos e 99% para problemas cardíacos, entre outros, resultando em uma expectativa de vida de 30 anos. Somos hoje exortados a adotar procedimentos que reduzam os riscos a que estamos expostos, visando prolongar a vida, numa intensa operação biopolítica. E essa ideia de que o corpo ameaça o próprio corpo vem se incorporando na racionalidade contemporânea. Cito como exemplo de procedimento extremo o recente caso da atriz Angelina Jolie, que amputou as mamas para prevenir-se contra um possível câncer futuro e as discussões que se desdobraram a partir daí, mostrando que a atitude da atriz é apenas mais um caso de mastectomia preventiva, um procedimento cada vez mais comum (Público, 2013).

O segundo filme que eu gostaria de trazer para a discussão é *Minority Report*, outra obra de ficção científica, estrelado por Tom Cruise e dirigido por Steven Spielberg (2002). A história se passa em Washington, no ano de 2054. Nessa época, existiria na cidade uma divisão da polícia chamada de pré-crime, onde trabalhariam paranormais capazes de visualizar crimes antes mesmo de eles ocorrerem, punindo o suposto culpado preventivamente. Ou seja, nesse filme não é necessário que se pratique nenhum crime para ser considerado culpado: basta que haja evidências paranormais de que no futuro o indivíduo cometeria um crime. Em *Minority Report* penso que vemos retratada a crescente obsessão por segurança e por redução de riscos que vivemos hoje. O filme nos questiona o quanto estamos dispostos a sacrificar nossa liberdade em nome da segurança. Na sociedade tecnológica, cresce o número de estudos e técnicas que visam mapear possíveis riscos e suas formas de prevenção. Aceita-se cada vez mais que nossa privacidade seja invadida em nome da segurança, principalmente desde os atentados de 11 de setembro de 2001 (observe-se que o filme foi lançado um ano depois). Na época desses acontecimentos funestos, o governo Bush propôs um conjunto de medidas que avançava sobre a privacidade dos cidadãos norte-americanos, tendo sido amplamente aceito pela população (FOLHA, 2001). Mais recentemente, Edward Snowden denunciou os poderosos mecanismos de controle do governo norte-americano (THE GUARDIAN, 2013), o que gerou uma série de críticas aos seus atos. Muitos o tacharam de traidor, sendo que um senador dos Estados Unidos chegou a declarar que ficava feliz em saber que todos os seus telefonemas eram gravados, pois isso garantiria a segurança

(POLICYMIC, 2013). A opinião pública, de acordo com pesquisa realizada poucos meses após as denúncias nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, estava dividida entre os que pensavam que Snowden era um herói e os que o consideravam um traidor, com pequena vantagem para o primeiro grupo (ANGUS REID GLOBAL, 2013).

Outro exemplo muito próximo a nós são as câmeras de segurança que invadem espaços públicos e privados, inclusive as salas de aula, tema que vem recebendo bastante atenção ultimamente, tendo em vista que um número crescente de instituições brasileiras de ensino vem utilizando esse artifício. As câmeras criam um campo de visibilidade que impediria que atos que atentem contra a segurança sejam praticados, além de conseguirem guardar provas da autoria daqueles atos que vierem a ocorrer. Ainda que isso efetivamente ocorra, creio que seria importante ponderar, no caso das câmeras presentes em salas de aula, os possíveis efeitos indesejáveis que possam acarretar.

Embora seja apenas uma hipótese preliminar, penso que o crescimento de atos de violência nos ambientes escolares possa estar ligado com uma destituição da autoridade docente, que estava baseada em um lugar de saber que o professor ocupava e na respectiva valorização social que isso trazia. Por um lado, discursos que circulam cada vez com mais força destituem o professor deste lugar de saber, narrando-o como um “facilitador da aprendizagem”, um “animador da inteligência coletiva” e outras expressões análogas, retirando-lhe o protagonismo do ensinar, posicionando-o em um lugar que já não teria o mesmo reconhecimento de seu saber. Por outro lado, as políticas públicas do país também não contribuem para o reconhecimento da importância social. Nesse quadro, a autoridade docente, que era reconhecida e aceita pelo lugar que o professor ocupava, vai se dissolvendo, resultando no crescimento da violência escolar. Pretende-se assim substituir uma autoridade legitimada pelo saber pelo autoritarismo de um olho eletrônico. Ainda que possa haver efeitos imediatos positivos, cabe destacar que isso não promove uma educação capaz de construir valores de convivência. Assim, ao saberem-se fora do alcance das câmeras, existe razoável probabilidade de que o comportamento dos alunos volte aos padrões indesejáveis.

O terceiro filme é *1984*, baseado no romance de George Orwell; escrito em 1948, o filme é também de 1984. Nesta obra, Orwell imagina o mundo, depois de uma guerra atômica, dividido em três estados, sendo que Londres é a capital da Oceania, dominada por um partido que deseja ter total controle sobre todos os cidadãos. Os sujeitos são vigiados 24 horas por dia pelo Grande Irmão, o Big Brother, por meio de telas espalhadas por todos os lados. Essas mesmas telas mostram incessantemente imagens que glorificam a Oceania e seu governo. As notícias

são escritas pelo Ministério da Verdade, que as modifica para atender os interesses do partido. Para que o regime de opressão e vigilância seja completo, o Regime cria uma língua nova, chamada de “novilíngua”. O sexo é proibido, com a intenção de fazer com que, juntamente com a Polícia do Pensamento, as pessoas percam a sua individualidade, assim, colaborando com os interesses políticos do Regime.

Big Brother tornou-se há alguns anos um termo corrente entre os brasileiros. O mais famoso *reality show* do Brasil, a casa onde todos querem dar uma espiadinha, tratou de popularizar essa expressão, mesmo que poucas semelhanças eu encontre entre o programa e a situação vivida em 1984. Creio que o que existe em comum entre o filme e nossas preocupações contemporâneas seja a questão de estarmos sendo controlados a partir de um regime de visibilidade insidioso. Preocupações mais do que nunca atuais, ante a divulgação, por Edward Snowden, das atividades do governo estadunidense de violação da privacidade *online* de cidadãos e de espionagem a outros governos.

Porém, a situação atual difere em muitos pontos daquela apresentada por Orwell. Primeiramente, não é apenas o governo norte-americano que nos controla (para a maioria de nós, esse é o menor dos controles). Somos controlados a partir dos softwares que extraem dados de nossos processos de navegação para realizarem ofertas sob medida para nosso perfil de consumo. Também ronda os nossos dados todo o tipo de criminoso virtual. E nas redes sociais impera a visibilidade de todos sobre todos, uma vigilância em rede que, por mais precauções que tomemos, sempre estamos expostos a revelar o que não desejamos para determinados sujeitos. Além disso, se na ficção o Grande Irmão era temido e odiado por muitos, no mundo atual nos expomos voluntariamente a essa vigilância. Vivemos em um sistema de alegre sujeição, pois mesmo sabendo dos riscos de invasão de privacidade que corremos, a maioria não se furta de utilizar as tecnologias digitais intensamente, tanto por motivos profissionais quanto por lazer.

O quarto filme a que me refiro é *Matrix*, que também apresenta uma ficção sobre o futuro. Primeiro filme de uma trilogia, foi lançado em 1999, estrelado por Keanu Reeves. Nessa sociedade, os indivíduos estão adormecidos e vivem em um mundo digital paralelo. A vida é um simulacro, um software de realidade virtual criado por programadores, na qual todos estão em imersão profunda. Enquanto os avatares circulam pelo ambiente *Matrix*, seus corpos estão entorpecidos. *Matrix* é quase a antítese do romance *cyberpunk Neuromancer*, que conta a história de um cowboy dos consoles, cujo sonho é viver para sempre no ciberespaço, no que acaba sendo atendido.

A possibilidade de uma vida no silício não se encontra apenas na ficção: ela salta para as bancadas dos laboratórios de

inteligência artificial. Pesquisadores como Hans Moravec, da Universidade Carnegie Mellon (EUA), e Ray Kurzweil já aventam a possibilidade de realizar *uploads* do conteúdo cerebral para máquinas digitais, que proporcionariam vida eterna no silício. Mas não é apenas no campo da bioética que as questões ressoam. As tecnologias digitais abriram canais de comunicação que permitem que se estabeleçam relacionamentos interpessoais de modos diferentes daqueles existentes anteriormente. Para conhecer alguém e dialogar com essa pessoa já não é necessário um encontro entre corpos, o compartilhamento do lugar. Diversas tecnologias, dentre as quais se destacam redes sociais, possibilitam novas formas de encontro. E também daí decorrem questões éticas e jurídicas difíceis de serem resolvidas. Uma das questões que já foram amplamente debatidas é se o chamado sexo virtual configura infidelidade conjugal. Tal questão vem sendo mesmo motivo de disputas judiciais, embasando pedidos de divórcio e outros litígios.

As relações entre avatares no ambiente Second Life também têm sido tema de polêmicas éticas. O Second Life é um mundo digital onde as pessoas vivem uma “segunda vida” por meio de avatares, ou seja, de uma imagem que as representam. Os questionamentos se dão justamente sobre os limites entre o mundo digital e o mundo presencial. Cabe notar que o mundo presencial é chamado de mundo real pelos usuários, evidenciando o caráter de fantasia que atribuem ao Second Life. Sendo um ambiente digital onde os residentes são avatares, espécies de fantoches virtuais que nos representam nessa sociedade paralela, as noções de moral ficam aí suspensas? É aceitável que um avatar adulto faça sexo com um avatar criança, sendo que os donos de ambos os avatares são adultos, ou isso configura pedofilia? É admissível que membros de uma família formada no ambiente digital, mas cujos donos não têm laços de sangue, se relacionem sexualmente? Além dessas dúvidas, existem normas do Conselho de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil proibindo consultórios e escritórios virtuais, marcando uma forte distinção entre essas “duas vidas”.

Enumero essas questões aqui para mostrar os novos questionamentos que surgem no bojo da sociedade tecnológica, e não para aqui buscar respostas. Situações nunca antes enfrentadas nos assombram e gritam por uma definição. Em um mundo de mudanças vertiginosas, frequentemente nos vemos assombrados por questões quase indecíveis. Estariam as novas questões éticas ameaçando as subjetividades? Junto com Foucault, penso que tudo é perigoso, o que não significa o mesmo que ruim. Sendo tudo perigoso, é necessário enfrentarmos esses perigos para construir espaços de liberdade possíveis, que funcionarão como abrigos protetores na produção das subjetividades.

Poderíamos continuar enumerando outras obras que alimentam e se alimentam de nossos pesadelos tecnológicos (*Bla-*

de *Runner*, *O exterminador do futuro*, *A rede*), mas creio que para os nossos fins essas já são suficientes. Acredito que todos os quatro filmes estejam estreitamente ligados com muitos dos medos que emergem na sociedade tecnológica.

Ao analisar a cinematografia, é possível pensar que hoje a tecnologia mais assombra do que tranquiliza. São bastante raros filmes em que as tecnologias vindouras trariam um futuro melhor. Embora este não seja o resultado de uma pesquisa exaustiva, cito aqui apenas uma produção: *Jetsons*, uma obra de 1990, dirigida ao público infantil, baseada em um desenho animado exibido na TV desde 1962. É interessante notar que este filme foi concebido em uma época em que havia grande euforia em torno das tecnologias, sendo que a corrida aeroespacial desempenhou um papel de grande relevância na construção da expectativa de um admirável mundo novo. O filme assume que as tecnologias apenas facilitarão a vida humana, sem promover transformações substantivas. Ali está representada a família mais tradicional: o casal com uma filha e um filho. O pai trabalha, a mãe cuida da casa e pede dinheiro para o pai, os filhos estudam. A família ainda se reúne para as refeições e vê uma única TV. Ou seja, apesar de aparelhos com funções que ainda hoje não existem, como um automóvel voador, a concepção social da animação está bastante defasada do modo como se constitui a sociedade atual.

Entretanto, esta percepção de uma tecnologia que ameaça a humanidade nem sempre parece ser compartilhada pela sociedade de modo mais amplo. No campo educacional, percebemos hoje uma ordem discursiva que parece anunciar que fora das tecnologias digitais não há salvação para a Educação, haja vista tanto os programas governamentais, do qual o UCA³ é o melhor exemplo, quanto os crescentes investimentos das instituições privadas. Também podemos citar a euforia acerca das possibilidades da difusão do conhecimento, das trocas comerciais, do entretenimento e das relações interpessoais. Ainda que se possam por vezes encontrar posicionamentos não apenas críticos, como francamente tecnofóbicos, acredito que a maior parte dos sujeitos hoje estaria mais alinhada com a tecnofilia. Vou mais além: penso que hoje a concepção mais corrente acerca da tecnologia tende a ser quase oposta àquela do desenho dos *Jetsons* – não apenas se acredita que as tecnologias transformam os modos de vida e as subjetividades, como em geral ainda acredita-se que façam isso de modo quase automático, desconsiderando-se os processos socioculturais de apropriação tecnológica, filiando-se em maior ou menor medida a um determinismo tecnológico.

Porém, se esta visão otimista acerca da tecnologia estaria presente na sociedade atual, por que razão os filmes estão mos-

3 Projeto Um Computador por Aluno.

trando possíveis efeitos tão sombrios? Embora eu não possa afirmar com certeza, levanto a hipótese de que sejam formas de exorcizar não apenas o medo do futuro, como também, e principalmente, o medo do presente. Acredito que as distopias criadas pelo cinema sejam formas exacerbadas de temores e discussões que hoje nos envolvem. Nesse sentido, os filmes parecem ser realizados como alertas para que não nos deixemos levar por esses caminhos.

E então, o que há de ser defendido?

Retomando a questão inicial, reafirmo minha hipótese de que a defesa do sujeito deva ser pensada como ampliação das possibilidades de criação de si (Foucault, 2004a). Penso a criação de si como a possibilidade de singularizar a subjetividade, aprofundando processos de individuação. Cabe reconhecer que desde a modernidade aconteceram diversos avanços nesse campo. O comportamento já foi muito mais fortemente regulado pelo modelo de normalidade do homem, branco, heterossexual, cristão. Ainda que muito ainda necessite ser feito, é imprescindível reconhecer as conquistas das mulheres, dos negros, dos indígenas, do movimento *gay*, entre outros. Nesses últimos anos, estamos observando uma gradativa aceitação de outros modos de vida, reconhecendo as singularidades. Também acredito, junto com Touraine (2010), que as lutas desses grupos não apenas os empoderaram, como também, de modo mais amplo, contribuíram para o enfraquecimento do grande modelo normativo ocidental. O enfraquecimento do modelo único moderno tornou possível a explosão de uma miríade de novos posicionamentos sociais. E aí creio que a questão da sexualidade possa ser um bom exemplo para compreendermos essa pluralização dos modos de vida: a sigla GLS, significando *gays*, lésbicas e simpatizantes, surge nos anos 1990. Desde aí, a sigla se complexifica, mostrando que essas duas identidades já não davam conta de sexualidades não heteronormatizadas. Passou por GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais); depois a LGBT, com o ganho de visibilidade do movimento lésbico; hoje podemos encontrar várias formas, como LGBTTTI (lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e intersexuais), entre outras.

Isso mostra que hoje temos uma pluralização das identidades possíveis, não apenas em relação à sexualidade, mas aos mais variados aspectos da subjetividade. Louro (2001) sugere políticas pós-identitárias para a sexualidade. Ou seja, ações que busquem apagar as identidades sexuais, produzindo maior liberdade para que cada indivíduo se narre e se constitua. Creio que esta questão possa ser pensada como uma das armas a serem utilizadas para defesa dos sujeitos de modo mais amplo, esten-

dendo-se para além da sexualidade. Em uma entrevista, Foucault (2004b, p. 266) afirma que “se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação”. E continua dizendo que a “identidade nos limita, e penso eu que temos (e devemos ter) o direito de ser livres”. Assim, para esse autor, identidade e possibilidade de produção criativa de si são elementos que se tencionam. Ainda que esse autor reconheça, e coloco-me de acordo, que as identidades funcionam como estratégias de luta para produção de transformações nas políticas de representação, ele vai também nos convidar a não levarmos muito a sério as identidades, não a tomarmos como novas normas que substituem as antigas. Essas declarações foram feitas em uma entrevista, cujo tema era sexualidade e política. Contudo, penso que isso possa ser pensado de modo mais abrangente: quanto mais nos apegamos a identidades, menos temos liberdade para produção de nossa subjetividade. E creio que as tecnologias digitais vêm desempenhando um papel importante para desarraigar e desterritorializar as identidades.

De acordo com Sérgio Amadeu da Silveira (2010), a própria organização da internet é tributária de uma lógica libertária, por consistir em uma rede descentralizada que possibilita que os diversos nós produzam e consumam conteúdo. O autor destaca que a organização atual não seria a única possível, citando o caso da rede francesa Minitel, surgida em 1982, que concentrava informações em um computador central, separando produtores e consumidores de conteúdo de modo mais convencional. Contudo, este autor chama a atenção sobre a noção de liberdade que estaria embutida nessa problematização. O fato de sua organização ser em rede e desierarquizada, não significa a inexistência de relações de poder assimétricas. Ele mostra que hoje haveria um conflito entre empresas com organização orientada pelos princípios da Modernidade, que apostam na vigilância como estratégia para manutenção de seu negócio, e outras mais contemporâneas, que apostam em técnicas mais sofisticadas de controle. As empresas que apostam na vigilância são aquelas que desejam a identificação dos usuários a partir do IP, às quais se juntam polícias e juristas, alegando que assim seria possível conhecer facilmente aqueles que infringem a lei, seja dos direitos autorais, seja do código penal em geral. Essas instituições acreditam na necessidade de restringir a liberdade para garantir a manutenção da ordem. Por outro lado, outras empresas apostam em um novo modelo de negócio que não se beneficia da vigilância, mas da liberdade de movimentos. Essas empresas não desejam a identificação do usuário, mas a produção de liberdade para os sujeitos navegarem e se expressarem ampla-

mente, mantendo, se desejarem, o anonimato. Elas apostam na preservação radical da privacidade. Esse tipo de empresa se alinha com aquilo que Deleuze chamou de sociedade de controle, em que a principal forma de exercício de poder se dá pelo acesso e controle dos bancos de dados. Neste caso, quanto mais intensa for a utilização das redes pelos indivíduos, mais dados eles produzem sobre si mesmos, facilitando rastrear seus padrões de comportamento e de consumo. Nesse sentido, essas empresas exercem o poder de modo muito mais sutil, minimizando a resistência. Nessa perspectiva, a liberdade não é algo natural, mas produzido. A produção de liberdade torna-se uma estratégia de controle. Produz-se a liberdade de navegação, tornando a conexão e a comunicação imperativos. Assim, entregamo-nos felizes às redes de controle: ficamos agradecidos com a gratuidade do Facebook e do Gmail, com a oferta de espaço no Dropbox e no Google Drive. Deliciamo-nos percorrendo *shopping centers* virtuais, vendo ofertas e produtos diversos. E nas nossas andanças pelo ciberespaço deixamos um rastro precioso, cuidadosamente recolhido pelas empresas do capitalismo cognitivo, que não desejam vigiar sujeitos, mas controlar bancos de dados.

Assim, cabe pensarmos o que a sociedade tecnológica nos oferece para reduzir os sistemas de condução de condutas dos sujeitos, enfraquecendo identidades e possibilitando uma pluralidade de narrativas de si e do mundo. O contato com essa diversidade de narrativas promove, no meu entender, desterritorialização, fragmentação e contingência das identidades. As antigas lealdades às identidades vinculadas a papéis rigidamente estabelecidos perdem força. As redes sociais exibem, como nos diz Sibilia (2008), um show do eu. Para além das críticas em relação a esses procedimentos, classificados em geral como fúteis e narcisistas, vejo aí formas de experimentação de si, tentativas de recriar-se. Certamente reconheço que essas exposições do eu são orientadas por padrões normatizados acerca do que pode ser visto e ser dito sobre si. Padrões que determinam que corpos podem ser exibidos e o que de nós deve ser expresso e narrado. Como diz um *post* que vi certa vez, “ninguém é tão bonito como no Instagram, tão inteligente como no Facebook, tão viajado como no Foursquare”. Contudo, mesmo reconhecendo essas normatividades, também penso que esses sujeitos em exposição experimentam novos modos de constituir-se, rompendo eventualmente com alguns processos de subjetivação mais normatizados.

Porém, para mim fica cada vez mais claro que as redes sociais estão além desses pequenos shows de eus espetaculares. O ativismo em rede é cada vez mais reconhecido. Mesmo que muitas vezes se critique um ativismo que só use o *mouse*, sem sair do sofá. Ainda assim, o compartilhamento de mensa-

gens e imagens com cunho político é importante, no meu entender, pois isso permite que atravessem outros sujeitos, produzindo transformações nas subjetividades. Por meio dessas mensagens, conhecemos fatos e ideias que talvez nunca conhecêssemos de outro modo, e por eles nos indignamos, protestamos e reivindicamos mudanças. Porém, como temos observado nos últimos anos, não é incomum o ativismo saltar da internet para as ruas.

Além disso, os *blogs* e redes sociais vêm corroendo o privilégio da grande mídia na produção de notícias, as quais narram o mundo e contribuem para que cada um forme sua opinião sobre esse mundo. Em finais do século XIX, Tarde (2005), na obra *A opinião e as massas*, já teorizava acerca do poder da mídia sobre os indivíduos. De lá para cá, isso aumentou de modo exponencial. De certo modo, o mundo era, há alguns anos, o que aparecia na tela da TV ou nas páginas do jornal. O que ali não estava, não havia acontecido. O que ali era contado não eram versões, mas os próprios fatos. Uma verdade que se torna ainda mais verdadeira com transmissões ao vivo, acompanhada da palavra dos especialistas. Contudo, as novas mídias digitais vieram perturbar esse privilégio dos meios de comunicação. Já na Guerra do Iraque, os *blogs* contavam uma guerra diferente daquela do Washington Post. Nas manifestações que vêm ocorrendo no Brasil, relatos postados nas redes sociais desafiam as versões da grande mídia, forçando a inclusão de temas e a retificação de informações. Em especial, as publicações da chamada Mídia Ninja, que consiste em uma rede descentralizada de jornalistas que divulga notícias a partir de uma perspectiva militante. Um fato: em manifestação ocorrida em SP na qual a polícia atacou manifestantes que estavam ali de forma pacífica, inicialmente a grande imprensa tratou-os como baderneiros. Com imagens e relatos surgidos nas redes sociais, a Folha (2013), por meio de sua *ombudswoman*, publicou, uma semana depois, uma retratação reconhecendo o que teria sido um erro inicial.

Poderíamos continuar a comentar diversos elementos da cultura digital que desterritorializam identidades e multiplicam os processos de significação, dando suporte para produções de si menos normatizadas e mais criativas. Desse modo, mesmo considerando os amplos e insidiosos mecanismos de controle, penso que a sociedade tecnológica também nos oferece armas para reduzir os sistemas de condução de condutas dos sujeitos, armas para produzir contracondutas, enfraquecendo identidades e possibilitando uma pluralidade de narrativas de si e do mundo. A transformação dos processos de subjetivação passa pela transformação dos espaços de liberdade, com a produção de novos espaços e, simultaneamente, com o fechamento de outros. Para falar em defesa do sujeito, na perspectiva que aqui assumo, penso que se deve ponderar a relação entre a produção e a

perda de espaços de liberdade. E parece-me que, no caso da internet, este balanço é positivo. Ainda que haja perigos a enfrentar, creio que os ganhos são maiores do que as perdas.

Entretanto, penso que não seja apenas a internet que está em jogo quando se fala em defesa do sujeito contemporâneo. Também a biotecnologia e a nanotecnologia deveriam receber atenção. Não entrarei nestes temas, tendo em vista os limites deste artigo. Porém, creio que embora reflexões éticas sejam muito necessárias, diversos acontecimentos nesses campos dão suporte a formas criativas de subjetivação. A fertilização *in vitro* se atravessa nos significados acerca de maternidade e família; cirurgias de mudança de sexo embaralham os gêneros; potencialidades de tratamento e cura de algumas doenças expandem a vida.

Porém, já me encaminhando para o fim, parece-me que os processos de individuação que estão sendo colocados em movimento estão, na maioria das vezes, inseridos em posicionamentos fortemente individualistas, constituindo uma forma de individuação que não se abre para o outro, que não reconhece a alteridade e que se baseia principalmente na competição. De acordo com Foucault (2008), a racionalidade atual expande a noção de mercado para todas as áreas da vida e faz com que cálculos economicistas estejam em todos os domínios. A questão que me parece nevrálgica hoje é a busca de novas formas de vida que não estejam baseadas em coletivismos que sufocam os processos de individuação, como foi em grande parte o processo moderno, mas que permitam a singularização da subjetividade junto com a constituição de uma vida bela, que se abre para acolher o outro. Como podemos pensar em processos de individuação conjugados com o dever ético da hospitalidade que Derrida (2003) nos coloca.

As questões que trago para este texto são complexas e passíveis de infinitas respostas. Não é minha intenção dar-lhes essas respostas, por entender que essa deva ser uma construção de cada um. Importa-me aqui é colocar essas questões e dar a pensar. E, talvez, com isso produzir dissonâncias que possam ser uma defesa do sujeito na sociedade tecnológica.

Referências bibliográficas

ANGUS REID GLOBAL. *More Canadians & Britons view Edward Snowden as "hero" than "traitor", Americans split*. Publicado em 30 out. 2013. Disponível em <<http://www.angusreidglobal.com/polls/48837/more-canadians-britons-view-edward-snowden-as-hero-than-traitor-americans-split/>>. Acesso em 25 nov. 2013.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. In: *Conversações*. São Paulo: 34, 2000. p. 209-218.

- DERRIDA, Jacques. *Da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.
- FOLHA. *Invasão de privacidade*. Publicado em 07 out. 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0710200101.htm>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- FOLHA. *Faroeste urbano*. Publicado em 16 jun. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsman/114199-faroeste-urbano.shtml>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 69-78.
- FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. *Verve*, n.6, São Paulo, p. 321-360, 2004. Disponível em <<http://www.nu-sol.org/verve/pdf/verve6.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: *Ditos e escritos V – ética, política e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 264-287.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, n.5, p. 260-277, 2004. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- POLICYMIC. *6 Worst Reactions to Edward Snowden's NSA Leaks*. Publicado em 12 jun. 2013. Disponível em <<http://www.policymic.com/articles/48143/6-worst-reactions-to-edward-snowden-s-nsa-leaks>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- PÚBLICO. *Mastectomia preventiva é cada vez mais comum mas tem critérios médicos bem definidos*. Disponível em <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/mastectomia-preventiva-e-cada-vez-mais-comum-mas-tem-criterios-medicos-bem-definidos-1594374>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- LOURO, Guacira. Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos feministas*, n.9, p. 541-553, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SIBILIA, Paula. *O show do eu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- THE GUARDIAN. *Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations*. Publicado em 10 jun. 2013. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>>. Acesso em 25 nov. 2013.
- TOURAINÉ, Alain. *Pensar de outro modo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

Referências filmográficas

NICCOL, Andrew. *Gattaca, a experiência genética* [Gattaca]. EUA, 112min, 1997.

SPIELBERG, Steven. *Minority report, a nova lei* [Minority report]. EUA, 145min, 2002.

WACHOWSKI, Lana; WACHOWSKI, Andy. *Matrix*. EUA, 135min, 1999.

RADFORD, Michael. *1984*. EUA, 113min, 1984.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 Emani M. Fiori – *Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira

- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring *Juizados ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Prof. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Addressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patricia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning

- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A filia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Erberto Nascente Silveira

- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato



Karla Saraiva é graduada e mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e doutora em Educação pela mesma universidade. Atualmente, é professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Entre suas principais publicações está o livro *Educação a distância: outros tempos, outros espaços* (Editora UEPG) e os artigos *Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea*

(em coautoria com Alfredo Veiga-Neto, publicado na revista *Educação e realidade* – <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8300>); *Programas trainees corporativos e o governo das almas* (em coautoria com Jairo Cruz, publicado na revista *Cadernos de Pesquisa* – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742012000100004&script=sci_abstract&tlng=pt); e *Educando para viver sem riscos* (publicado na revista *Educação/PUCRS* – <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewArticle/12894>).